



CONTRATO Nº 236/2023

Pelo presente instrumento contratual, de um lado, o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BAHIA**, neste ato representado pelo seu Prefeito municipal, Sr. João Barbosa de Souza Sobrinho, tendo como interveniente o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FMED**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.667.266/0001-53, situado na Av. Barão do Rio Branco, nº 149 – Bairro Vila Rica, Barreiras/BA, assistido pelo Secretário Municipal de Educação, o Sr.º **Jeferson Barbosa dos Santos Neves**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito no RG sob o nº 4018113, e CPF nº 565.826.925-34, denominado **CONTRATANTE** e a empresa **SAMPAIO & VIEIRA CONSTRUTORA LTDA- ME**, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 31.295.732/0001-80, com sede na RUA MEXICO, Nº 310- BOA SORTE – BARREIRAS-BA, neste ato representada pelo **Senhor Aldemir Vieira dos Anjos**, inscrito no CPF, sob o nº 010.203.595-44, na forma dos seus estatutos sociais ou procuração, doravante denominada **CONTRATADA**, perante as testemunhas abaixo firmadas, celebram o presente Contrato, de acordo com o constante no Processo nº **14743/2023**, referente ao pregão presencial nº **027/2022**, em observância à lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, sendo do tipo menor preço (maior desconto) global.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 Contratação de empresa na área de engenharia, para, sob demanda, prestar serviços de **MANUTENÇÃO PREDIAL E REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS E ESPAÇOS PÚBLICOS** com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, de Escolas e CMEI'S (Centro Municipal de Educação Infantil), da Prefeitura Municipal de Barreiras-BA, conforme relação em anexo.

1.2 Constitui objeto do presente contrato, os serviços abaixo descritos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TABELA DE SERVIÇOS /INSUMOS – SINAPI	VALOR DA CONTRATAÇÃO	MENOR VALOR PERCENTUAL ADMITIDO
01	Serviços comuns de Manutenção predial e requalificação de imóveis e espaços públicos, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos em bancos de preços unitários de construção difundidos amplamente (SINAPI, SICRO, ORSE, SBC entre outros) ou ainda pesquisas mercadológicas, nas edificações e espaços públicos da Prefeitura de Municipal de Barreiras.	BAHIA	R\$ 700.000,00	7,5%

1.3 A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1. Fica estipulado no valor de **R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)**, com BDI e abatido o menor valor percentual admitido de 7,5%, valor a ser pago à **CONTRATADA** pelo **CONTRATANTE**, conforme tabela anexa.

2.1.1 Os preços unitários e global retro referidos são finais, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da **CONTRATADA**.

2.2 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

2.3 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

End.: Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia - Fone: (77) 3614-7114 – CNPJ nº 13.654.405/0001-95

2.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa Contratada.

2.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período de prestação dos serviços;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

2.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

2.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

2.8 Antes de cada pagamento à contratada, serão realizadas consultas aos cadastros pertinentes para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

2.9 Constatando-se, por algum modo, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

2.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à

existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

2.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

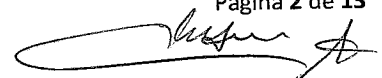
2.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

2.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.14 No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações tributárias e trabalhistas, nos termos do item 9.17, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

2.15 Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

2.16 O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.



CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTAMENTO

3.1 Será reajustado o contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, adotando-se o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar a partir da data de assinatura do mesmo.

4.2 A execução dos serviços se dará após a emissão de Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros correrão sob as rubricas:

Unidade: 03.08.50 – FME – Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 1013 – Const., Reforma, Ampliação e Reequipamento de Unidade de Ensino Fundamental (Escolas, Quadras, Biblioteca e Outros).

Projeto/Atividade: 1014 – Construção, Ampliação, Reforma e Reequip. de Unidades Escolares - Ensino Infantil (Creches, Quadras, Parques, Biblioteca e Outros).

Elemento da Despesa: 44.90.39 - Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica – PJ

Fonte de Recurso: 5001001– Recursos não Vinculados de Impostos - despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Fonte de Recurso: 541 – Transferência do FUNDEB – Complementação da União – VAAF

Fonte de Recurso: 542 – Transferência do FUNDEB – Complementação da União – VAAT

CLÁUSULA SEXTA – REGIME DE EXECUÇÃO

6.1 O regime de execução será o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 A empresa CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços com os mesmos padrões e especificações daquelas constantes no Projeto Básico e seus anexos, sob pena de não aceitação dos mesmos;

7.2 A empresa CONTRATADA fornecerá a PMB/BA todas as informações relacionadas ao serviço executado e disponibilizará todos os meios necessários à comprovação da qualidade;

7.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto para atendimento às exigências da Fiscalização da CONTRATANTE;

7.4 Todas as atividades deverão ser executadas por empregados devidamente qualificados para a prestação dos serviços demandados;

7.5 Os empregados deverão se apresentar nos locais de trabalho trajando uniforme, fornecido pela CONTRATADA, com identificação da empresa e portando crachá, com nome, categoria e fotografia;

7.6 A CONTRATADA obrigará-se a oferecer aos seus empregados às garantias e medidas indispensáveis de proteção, segurança, higiene do trabalho, mediante o uso de meios acatutelatórios na execução dos serviços, tais como: equipamentos de proteção individual;



7.7 A CONTRATADA se obriga a refazer os serviços, sem ônus, para a CONTRATANTE, caso não atendam as especificações citadas;

7.8 Deve à empresa CONTRATADA iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, contados da ciência da devida autorização da CONTRATANTE.

7.9 Executar o objeto desta licitação nas condições e prazos estabelecidos, seguindo as ordens e orientações da CONTRATANTE;

7.10 Proceder à limpeza do local após a manutenção, devendo todo o serviço ser entregue perfeitamente limpo, sem nenhum resíduo de material.

7.11 Entregar ao Fiscal do Contrato todas as peças, componentes ou acessórios porventura substituídos;

7.12 A CONTRATADA deverá registrar em formulários próprios, as seguintes informações:

- a) Nome do responsável ou preposto da CONTRATANTE que acompanhou a execução dos serviços;
- b) Data da realização dos serviços;
- c) Horário do início e término dos serviços;
- d) Nome do profissional da CONTRATADA que executou os serviços;
- e) Discriminação dos serviços efetuados;
- f) Recebimento dos serviços pela fiscalização ou preposto da CONTRATANTE.
- g) Disponibilizar para a CONTRATANTE, os contatos telefônicos dos responsáveis pela execução dos serviços, bem como do Gerente da empresa, para caso de emergência.

7.13 A CONTRATADA deverá cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados;

7.14 Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços;

7.15 Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pela PMB/BA.

7.16 Responsabilizar-se pela gestão da mão de obra necessária e qualificada para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico;

7.17 Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com este Órgão, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

7.18 Responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, bem como pelos danos pessoais ou materiais causados por seus

empregados ao CONTRATANTE ou a terceiros, ocorridos nos locais de trabalho, estando garantido o direito a ampla defesa e ao contraditório;

7.19 Cuidar para que os seus empregados designados para a execução dos serviços objeto deste Projeto Básico zelem pelo patrimônio público;

7.20 Manter como responsável técnico pelos serviços objeto do contrato um profissional devidamente habilitado como engenheiro civil ou arquiteto e urbanista;

7.21 Designar preposto com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do contrato;

7.22 O preposto designado deverá deixar endereços, telefones (fixo e celular), telefax e e-mail, com o fiscal do serviço, devendo atender aos chamados da PMB/BA, no prazo máximo de 3 (três) horas;

7.23 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessária;

7.24 Substituir, sempre que exigido pela PMB/BA e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;

7.25 Reparar, corrigir, remover e refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do uso de materiais de má qualidade;

7.26 Indenizar o CONTRATANTE, pelo justo valor, quando ocorrerem danos, avarias, extravios e inutilização de objetos de sua propriedade ou de terceiros, decorrentes da execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, estando garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório;

7.27 Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtornos para a PMB/BA, devendo, para tanto, programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo ser realizado em finais de semana e feriados;

7.28 Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e de prevenção de acidentes no desempenho dos serviços;

7.29 Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços;

7.30 Dar ciência à fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução do serviço;

7.31 Informar à fiscalização, para efeito de controle de acesso às dependências da PMB/BA, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço;

7.32 Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993;

7.33 Fornecer além de uniforme, equipamentos de proteção individual – EPI's e coletivos - EPC's a todos os empregados cujas atividades exijam, de acordo com as normas de segurança em vigor;

7.34 Arcar com o transporte de pessoal e de todo o material necessário à execução dos serviços;

7.35 Não vincular, sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pela PMB/BA;

7.36 Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados a PMB/BA, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada no CREA conforme Art. 127, § 4º, Lei nº 13.309, de 09 de agosto de 2010 e Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010;

7.37 Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

7.38 Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre os menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

7.39 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.40 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.41 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

7.42 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1 O CONTRATANTE deverá, a seu critério e através de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;

8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo (s) empregado (s) da CONTRATADA, visando à boa execução da entrega e prestação dos serviços;

8.3 Fiscalizar a execução dos serviços, podendo o CONTRATANTE rejeitá-lo integralmente ou em parte, caso esteja em desacordo com a especificação apresentada neste Projeto Básico;

8.4 Realizar o pagamento dos serviços na forma estipulada neste Projeto Básico;

8.5 A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer empregado da CONTRATADA que venha a causar embaraço, ou adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;

8.6 Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

8.7 Notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato, por escrito e com antecedência e em relação a quaisquer débitos de sua responsabilidade;

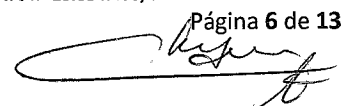
8.8 Autorizar o acesso dos empregados da empresa vencedora nas dependências do CONTRATANTE, quando necessário, para a execução dos serviços;

8.9 É vedado ao CONTRATANTE, através do fiscal do contrato ou qualquer de seus servidores a satisfação dos requisitos da personalidade, subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas dos serviços prestados e controle de frequência em relação a qualquer funcionário da empresa vencedora, visando a não caracterização de vínculo empregatício;

8.10 Nomear um Gestor de Contrato que será responsável pelo acompanhamento/fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA, bem como pelo atesto dos serviços realizados;

8.11 Exigir o cumprimento do objeto desta licitação, segundo suas especificações, prazos e demais condições;

8.12 Fornecer as instruções necessárias à execução dos serviços e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços e



prazos pactuados;

8.13 Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA;

8.14 Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos serviços;

8.15 Notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

8.16 Fiscalizar e determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução do serviço, bem como fixar prazo para as correções das falhas e irregularidades constatadas, sustar qualquer serviço que esteja sendo realizado em desacordo com as exigências feitas pela CONTRATANTE ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens da CONTRATANTE ou de terceiros;

8.17 Permitir o acesso dos funcionários da empresa às dependências da CONTRATANTE para prestar o serviço de manutenção;

8.18 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA;

8.19 Atestar a compatibilidade dos preços dos materiais orçados com o praticado no mercado;

8.20 Comunicar à empresa CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a contratação;

8.21 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, mensalmente conforme demanda dos serviços/eventos produzidos e atestados pelo fiscal do contrato;

8.22 É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir do CONTRATADO a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais assumidos pelo CONTRATADO;

8.23 Exercer a seu critério, através de servidor designado pela PMB/BA, a gestão do contrato, observando o fiel cumprimento das exigências constantes deste Termo, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoas habilitadas;

8.24 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada (o) com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.25 Solicitar à CONTRATADA através de seu representante, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

8.26 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

8.27 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.27.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

8.27.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

8.27.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

8.28 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;

8.29 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

9.1 Fica estabelecido que, na hipótese da **CONTRATANTE** deixar de exigir da **CONTRATADA** qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DECIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, devendo a empresa subcontratada atender às exigências qualificação técnica previstas neste Projeto Básico.

10.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

10.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como

responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10.4 A subcontratação deverá ser realizada, preferencialmente, entre Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015 e suas alterações.

10.5 A subcontratação deverá ser feita formalmente entre a **CONTRATADA** e a subcontratada, após aprovação feita pela **CONTRATANTE**, devendo ser apresentado à **CONTRATANTE** cópia desta subcontratação.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a **CONTRATADA** que:


- a) Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

11.2.2 Multa de:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;





- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

11.2.3 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Barreiras, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

11.6 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.7 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 O contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas seguintes hipóteses:

- a) Inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste Projeto Básico;
- b) Nas hipóteses previstas no art. 78, incisos IX, X, XI, XII e XVIII, da Lei 8.666/93;
- c) Também ensejará a rescisão contratual, a ocorrência das hipóteses dos incisos XIII, XIV, XV, XVI e XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

12.2 Na ocorrência de rescisão contratual ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80, da Lei 8.666/93, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação;

12.3 Deverá a CONTRATADA, manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento a essa cláusula, a rescisão do contrato e o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III, e 87, da Lei nº 8.666/93);

12.4 Verificada a irregular situação fiscal da contratada, incluindo a seguridade social, é vedada a retenção de pagamento por serviço já executado, ou fornecimento já entregue, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A gestão do contrato será efetuada pela servidora a Sra Mariana Nunes Brito, Matrícula 63660, designada pela PMB/BA.

13.2 A execução, acompanhamento e fiscalização dos serviços serão de responsabilidade da Eng. Responsável indicado pela PMB/BA, Sr. Nei Frederico de Souza Silva, Engenheiro Civil, Matrícula 53605, a qual poderá nomeado "fiscal de

End.: Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia - Fone: (77) 3614-7114 – CNPJ nº 13.654.405/0001-95

Acompanhamento", em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 Este instrumento poderá ser cedido a outras secretarias sendo que, a cada contrato extraído, deverá ser nomeado um **"fiscal de execução do contrato"**, responsável pelo seu contrato da sua secretaria, englobando a elaboração da planilha orçamentária dos serviços e a sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

13.4 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.6 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

13.7 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.9 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.10 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo

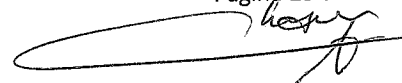
quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.11 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.12 No caso de serviços de engenharia, a fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará instrumento de medição capaz de verificar a aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.13 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades



constatadas.

13.14 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.15 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.16 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.17 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.18 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.19 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.20 No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

13.20.1 Solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

- a) Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- b) À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- c) À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- d) Aos depósitos do FGTS; e
- e) Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

13.20.2 Solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

13.20.2 Oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de início de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

13.21 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO

14.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.1.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

14.1.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

14.1.3 A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

14.2 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.2.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.2.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.2.3 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.2.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.2.5 A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

14.3 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.3.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.3.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Serão partes integrantes deste contrato:

a) Edital e Anexos;

b) Proposta de Preços da **CONTRATADA**;

c) Processo administrativo nº 3053/2022



15.2 Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências encaminhadas pela **CONTRATADA** serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito.

15.3 Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da Cidade de Barreiras, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, na presença das testemunhas abaixo, assinam as partes este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.


Barreiras- Bahia, 04 de julho de 2023.

JOAO BARBOSA DE SOUZA
SOBRINHO:17621950544
44

Assinado de forma digital por
JOAO BARBOSA DE SOUZA
SOBRINHO:17621950544
Dados: 2023.07.04 10:37:51
-03'00'


PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
João Barbosa de Souza Sobrinho
MUNICIPIO CONTRATANTE

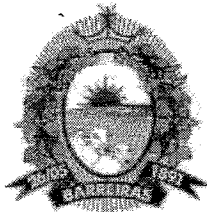

Jeferson Barbosa dos Santos Neves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICIPIO CONTRATANTE


SAMPAIO & VIEIRA CONSTRUTORA LTDA- ME
Representada pelo Sr. **Ademir Vieira dos Anjos** inscrito no CPF: 010.203.595-44
EMPRESA / CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: Yatã Anjos
CPF: 893.51.73.15


NOME: _____
CPF: 008156275-64



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 3949 - 04 de Julho de 2023 - ANO 17

EXTRATO DO CONTRATO Nº 233/2023.

Proc. Adm. Nº5070/2023 – INEXIGIBILIDADE Nº 020/2023. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BAHIA**, neste ato representado pelo seu Prefeito municipal, Sr. **João Barbosa de Souza Sobrinho**; CONTRATADA: **INSTITUTO KIRIUS**, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 36.257.395/0001-50, situado na Rua Barão de Cotegipe nº 147 Centro - Barreiras/BA. OBJETO: Prestação de Serviços de arbitragem de jogos esportivos nas modalidades: Fut7 Santa Luzia, Campeonato de Bairro de Futebol, Campeonato Barreirense de Futsal Base Masc., Fem., Campeonato Barreirense de Voleibol Base Masc. Fem., Campeonato Barreirense de Basquete Base Masc. Fem., Campeonato Barreirense de Handebol base Masc., Fem., torneiro de Vôlei de Areia Masc., Fem., Torneiro de FUT Vôlei Masc., Fem., Torneiro de FUT Mesa Masc., Fem., (individual /Dupla), Campeonato Barreirense de Xadrez /Dama/Dominó, 1º Triathlon Barreiras Masc., Fem., Taça Barreirense de Tênis de Mesa, Prova Barreiras de Corrida de Rua, Prova 26 de Maio de Ciclismo, Parque Esportivo 26 de Maio, Copa de Jiu-jitsu (Barreiras), Taça Barreiras de Fut 7, Taça Barreiras, Campeonato Rural de Futebol Masc., Fem., Copa Oeste de Seleções de Futebol, Torneio do Mucambo, Torneio São Jose do CTI, Torneio Barroção de Cima, Torneio Nanica–Dia Internacional da Mulher, Copa de Motocross e Torneio da Serra Talhada, para atendimento da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer do Município de Barreiras/BA. Ass. 04/07/2023. Valor Global: R\$ 137.211,60 (cento e trinta e sete mil, duzentos e onze reais e sessenta centavos). Prazo: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura. Ass: João Barbosa de Souza Sobrinho. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 234/2023.

Proc. Adm. Nº5070/2023 – INEXIGIBILIDADE Nº020/2023. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BAHIA**, neste ato representado pelo seu Prefeito municipal, Sr. **João Barbosa de Souza Sobrinho**; CONTRATADA: **APITOESTE - ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO OESTE DA BAHIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.318.587/0001-38, situado na rua Rua dos Girassóis nº 551 Bairro Sombra da Tarde - Barreiras- Bahia. OBJETO: Prestação de Serviços de arbitragem de jogos esportivos nas modalidades: Fut7 Santa Luzia, Campeonato de Bairro de Futebol, Campeonato Barreirense de Futsal Base Masc..Fem, Campeonato Barreirense de Voleibol Base Masc. Fem., Campeonato Barreirense de Basquete Base Masc. Fem., Campeonato Barreirense de Handebol base Masc., Fem., torneiro de Vôlei de Areia Masc., Fem., Torneiro de FUT Vôlei Masc., Fem., Torneiro de FUT Mesa Masc., Fem., (individual /Dupla), Campeonato Barreirense de Xadrez /Dama/Dominó, 1º Triathlon Barreiras Masc., Fem., Taça Barreirense de Tênis de Mesa, Prova Barreiras de Corrida de Rua, Prova 26 de Maio de Ciclismo, Parque Esportivo 26 de Maio, Copa de Jiu-jitsu (Barreiras), Taça Barreiras de Fut 7, Taça Barreiras, Campeonato Rural de Futebol Masc., Fem., Copa Oeste de Seleções de Futebol, Torneio do Mucambo, Torneio São Jose do CTI, Torneio Barroção de Cima, Torneio Nanica – Dia Internacional da Mulher, Copa de Motocross e Torneio da Serra Talhada, para atendimento da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer do Município de Barreiras.BA. Ass. 04/07/2023. Valor Global: R\$ 137.211,60 (cento e trinta e sete mil, duzentos e onze reais e sessenta centavos). Prazo: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura. Ass: João Barbosa de Souza Sobrinho. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 235/2023.

Proc. Adm. Nº5070/2023 – INEXIGIBILIDADE Nº020/2023. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BAHIA**, neste ato representado pelo seu Prefeito municipal, Sr. **João Barbosa de Souza Sobrinho**; CONTRATADA: **LIGA BARREIRENSE DE FUTEBOL**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.230.545/0001-36, situado na Rua Aroldo de Andrade nº 196 - centro, Barreiras- Bahia. OBJETO: Prestação de Serviços de arbitragem de jogos esportivos nas modalidades: Fut7 Santa Luzia, Campeonato de Bairro de Futebol, Campeonato Barreirense de Futsal Base Masc.. Fem, Campeonato Barreirense de Voleibol Base Masc. Fem., Campeonato Barreirense de Basquete Base Masc. Fem., Campeonato Barreirense de Handebol base Masc., Fem., torneiro de Vôlei de Areia Masc., Fem., Torneiro de FUT Vôlei Masc., Fem., Torneiro de FUT Mesa Masc., Fem., (individual /Dupla), Campeonato Barreirense de Xadrez /Dama/Dominó, 1º Triathlon Barreiras Masc., Fem., Taça Barreirense de Tênis de Mesa, Prova Barreiras de Corrida de Rua, Prova 26 de Maio de Ciclismo, Parque Esportivo 26 de Maio, Copa de Jiu-jitsu (Barreiras), Taça Barreiras de Fut 7, Taça Barreiras, Campeonato Rural de Futebol Masc., Fem., Copa Oeste de Seleções de Futebol, Torneio do Mucambo, Torneio São Jose do CTI, Torneio Barroção de Cima, Torneio Nanica –Dia Internacional da Mulher, Copa de Motocross e Torneio da Serra Talhada, para atendimento da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer do Município de Barreiras .BA. Ass. 04/07/2023. Valor Global: R\$ 137.211,60 (cento e trinta e sete mil, duzentos e onze reais e sessenta centavos). Prazo: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura. Ass: João Barbosa de Souza Sobrinho. Prefeito Municipal.

Extrato de Errata da Homologação da Dispensa Nº 022/2023, Processo Administrativo 9422/2023, Publicado no Diário Oficial do Município – dia 29 de junho de 2023, Edição 3946, Ano 17.

Onde se lê – (...) Barreiras, 22 de junho de 2023.

Leia-se – (...) Barreiras, 27 de junho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 236/2023.



Proc. Adm. Nº14743/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2022 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: nº 026/2022. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BAHIA**, neste ato representado pelo seu Prefeito municipal, Sr. **João Barbosa de Souza Sobrinho**; CONTRATADA: **SAMPAIO & VIEIRA CONSTRUTORA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 31.295.732/0001-80, com sede na RUA MEXICO, Nº 310- BOA SORTE – BARREIRAS-BA. OBJETO: Contratação de empresa na área de engenharia, para, sob demanda, prestar serviços de **MANUTENÇÃO PREDIAL E REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS E ESPAÇOS PÚBLICOS** com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, de Escolas e CMEI'S (Centro Municipal de Educação Infantil), da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA.Ass. 04/07/2023. Valor Global: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Prazo: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura. Ass: João Barbosa de Souza Sobrinho. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 236/2023

Proc. Adm. Nº14743/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2022 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: nº 026/2022. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARREIRAS - BAHIA. Preste ato representado pelo seu Prefeito municipal, Sr. João Barbosa da Souza Sobrinho; CONTRATADA: SAMPAIO & VIEIRA CONSTRUTORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/ME, sob o nº 31.295.732/0001-80, com sede na RUA MEXICO, Nº 310- BOA SORTE - BARREIRAS-BA. OBJETO: Contratação de empresa na área de engenharia, para, sob demanda, prestar serviços de MANUTENÇÃO PREDIAL E REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS E ESPAÇOS PÚBLICOS com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, de Escolas e CMEI'S (Centro Municipal de Educação Infantil), da Prefeitura Municipal de Barreiras - BA. Ass. 04/07/2023. Valor Global: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Prazo: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2023

O Município de Belmonte torna público a realização do Pregão Eletrônico Nº 006/2023, objetivando a: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO MINIVAN ZERO KM, COM 7 LUGARES, ANO/MODELO 2023, PARA ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO CADÚNICO/PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE/BA, por meio do site: www.licitacoes-e.com.br, Tipo: Menor Preço Por Lote.

Sessão de Abertura das propostas: 17 de julho de 2023, às 08:30 horas.

O edital poderá ser adquirido através de solicitação ao e-mail: licitacaobelmonte2017@outlook.com, ou no próprio site: www.licitacoes-e.com.br. As divulgações dos outros atos poderão ser vistas no Diário Oficial do Município, através do site <http://www.belmonte.ba.io.org.br/diariooficial>.

Maioras informações através do e-mail: licitacaobelmonte2017@outlook.com ou na sala da COPEL, sito a Avenida Riomar, S/Nº - Centro.

Belmonte - Bahia, 4 de julho de 2023.
UBIRACY MARQUES DE SOUZA
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2023

O PRESIDENTE DA COPEL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, torna público que, conforme autorização contida no processo administrativo nº070/2023, realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 003/2023, TIPO MENOR PREÇO, cujo objeto é a Contratação de Empresa para Execução de Pavimentação em Bloquete Sextavado e Drenagem no Município de Belmonte/BA.

A sessão de licitação ocorrerá na Av. Rio Mar, s/n, Centro, Belmonte-BA, CEP 45.800-000, no dia 24 de julho 2023, às 9:00h, o edital poderá ser solicitado pelo e-mail licitacaobelmonte2017@outlook.com, a partir do dia 05 de julho 2023.

A licitação reger-se-á pela Legislação pertinente e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos serão disponíveis.

ELCIO TITO ILVA JÚNIOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA NOVAAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 11/2023

O MUNICÍPIO DE BOA NOVA, CNPJ: 13.894.894/0001-52, torna público que realizará no dia 18/07/2023 às 10h00min PE Nº 011/2023, PA 059/2023.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Boa Nova-BA. Através da plataforma: ww.bnc.org.br. Demais atos no Diário Oficial do município: www.boanova.ba.gov.br.

Boa Nova-BA, 4 de julho de 2023.
MARISNALDO DA ROCHA SILVA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS DE MACAÚBAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023-PE

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAL PEDAGÓGICO E BRINQUEDOS, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação do município de Brotas de Macaúbas/Bahia, conforme especificações, quantidades e exigências contidas neste Edital e seus anexos.

Tipo de julgamento: Menor Preço por LOTE. Horário, Data Recebimento das Propostas: até 08:00h do dia 17/07/2023; Sessão: às 09:00h do dia 17/07/2023 no site <http://www.licitacoes-e.com.br>.

Edital disponível nos seguintes endereços eletrônicos:
<http://www.acesoinformacao.com.br/ba/brotasdemacaubas/editais/>;
<http://doem.org.br/ba/brotasdemacaubas/editais/>; diretamente na Prefeitura, setor de Licitações e contratos, situada na Praça dos Poderes, 95 - Brotas de Macaúbas /BA, CEP 47560-000, no horário 08h30min às 12h00min; 14h00min às 16h30min, de segunda a sexta-feira. Fone: (77) 3644-2153, ou através do e-mail: setorlcpm@gmail.com.

Brotas de Macaúbas-BA, 4 de julho de 2023
ELANE GOMES OLIVEIRA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 13/2023

O Município de Brumado-BA torna pública a realização de Credenciamento Público, nos termos permitidos pela Lei Municipal 1.800/2017, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, visando a contratação de empresa para prestação de serviços especializados odontológicos destinados às Unidades Básicas de Saúde. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição no endereço eletrônico <https://brumado.ba.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes/> e na sede da Prefeitura Municipal de Brumado, situada na Praça Coronel Zeca Leite, nº 415, Centro, Brumado/BA, Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL.

O Credenciamento dos interessados ocorrerá entre o período de 10/07/2023 a 24/07/2023, mediante o cumprimento das exigências prescritas no Edital.

Divulgação de outros atos- Diário Oficial <https://sai.io.org.br/ba/brumado/Site/DiarioOficial>. Tel. (77)3441-8781.

MILENA NAÍRA VIEIRA MACHADO
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2023

A CPL da Prefeitura Municipal de Brumado realizará licitação dia 18/07/2023, às 09:00 (nove horas), em sua sede, visa atender despesa com aquisição de material elétrico e sirenes escolares automatizadas, com instalação e configuração por conta do fornecedor, destinados as Escolas e Creches Municipais, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição no endereço eletrônico <https://brumado.ba.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes/> e na sede da Prefeitura Municipal de Brumado, situada na Praça Coronel Zeca Leite, nº 415, Centro, Brumado/BA, Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL. Divulgação dos outros atos- Diário Oficial <https://sai.io.org.br/ba/brumado/Site/DiarioOficial>. - Tel. (77) 3441-8781.

O Edital pode ser solicitado, ainda, através do e-mail: semad_licitacao@brumado.ba.gov.br.

FRANCIELLE BARRETO NASCIMENTO
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Credenciamento Nº 2/2023

A Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu - BA, nos termos da Lei nº 8666/93, torna público aos interessados o chamamento público, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE FACILITADORES SOCIAIS (OFICINEIROS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTA MUNICIPALIDADE.

PEDIDO DE INSCRIÇÃO: a partir do dia 05/07/2023, das 08h00 às 16h00.

Edital e informações através do e-mail licitacao@cabaceirasdoparaguacu.ba.gov.br ou telefone: 0800-4944455.

ANAENE FIUZA DE SOUZA DA SILVA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMACÁ

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 11/2023

PE 011/2023 SRP - PA 037/2023 [1009103]: Julgamento às 09h:00m do dia 20/07/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS FUNDOS DA PREFEITURA DE CAMACÁ, PARA O ANO DE 2023. Interessados deverão retirar o edital no site <https://www.licitacoes-e.com.br/> e em www.camacan.ba.gov.br/licitacoes. Informações através do e-mail: licitacaocamac@gmail.com.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 12/2023

PE 012/2023 SRP - PA FMED 003/2023 [1008839]: Julgamento às 09h:00m do dia 17/07/2023. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS TIPO CARTEIRAS ESCOLARES - CONJUNTO DISCENTES E MOBILIÁRIOS PARA PROFESSOR - CONJUNTO DOCENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2023, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMACÁ. Interessados deverão retirar o edital no site <https://www.licitacoes-e.com.br/> e em www.camacan.ba.gov.br/licitacoes. Informações através do e-mail: licitacaocamac@gmail.com.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 16/2023

PE 016/2023 SRP - PA 020/2023 [1009907]: Julgamento às 09h:00m do dia 19/07/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS DIVERSOS, A SABER: NOTEBOOKS, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, SCANNER, COMPONENTES DE INFORMÁTICA, PROJETORES, TABLETS, MONITORES, TELEVISORES, TELEFONES E AFINS, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS FUNDOS DA PREFEITURA DE CAMACÁ, PARA O ANO DE 2023. Interessados deverão retirar o edital no site <https://www.licitacoes-e.com.br/> e em www.camacan.ba.gov.br/licitacoes. Informações através do e-mail: licitacaocamac@gmail.com.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2023

PE 017/2023 SRP - PA FMS 253/2022 [1009905]: Julgamento às 09h:00m do dia 24/07/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMACÁ, DE ACORDO COM A EMENDA PARLAMENTAR PROPOSTA Nº 09466.021000/1200-03, E RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMACÁ. Interessados deverão retirar o edital no site <https://www.licitacoes-e.com.br/> e em www.camacan.ba.gov.br/licitacoes. Informações através do e-mail: licitacaocamac@gmail.com.

Camacá/BA, 4 de julho de 2023
HALAN ANDRADE
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

AVISO
CONCORRÊNCIA Nº 27/2022

RESULTADO DA REVALIDAÇÃO DE PROPOSTAS - CONCORRÊNCIA Nº 027/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada na construção e requalificação das áreas de acessibilidades no Distrito Sede do Município de Camaçari - Bahia - (Lotes 1, 2, 3 e 4).

O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI, através da Comissão Permanente de Licitação - Compel, torna público aos interessados que transcorrido o prazo estabelecido as seguintes empresas tiveram interesse e revalidaram suas respectivas propostas de preços: LOTE I - 1º. CERTA INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; 2º. PJ CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA. LOTE II - 1º. CONSÓRCIO GUALTRAL/CHS; 2º. CERTA INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; 3º. PJ CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA. LOTE III - 1º. ALFA CONSTRUÇÕES EIRELI; 2º. CERTA INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; 3º. PJ CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA. LOTE IV - 1º. DFG CONSTRUÇÕES LTDA; 2º. CERTA INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; 3º. PJ CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.

Camacari, 4 de julho de 2023
ANTONIO SÉRGIO MOURA DE SOUSA
Presidente

